

RECLAMAÇÃO Nº 36.984 - SC (2018/0319596-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECLAMANTE : ADENIS CELSO SLONGO
ADVOGADOS : ANILSE DE FÁTIMA SLONGO SEIBEL - SC005685
RICARDO FELIPE SEIBEL - SC019217
FELIPE SLONGO SEIBEL E OUTRO(S) - SC038076
RECLAMADO : TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE
JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : ALEXANDRE MADRID - SC013554
MARCO AURÉLIO QUINT DE CAMPOS E OUTRO(S) -
SC018312
ALESSANDRA HOFFMANN DE OLIVEIRA PINHEIRO -
SC030457

DESPACHO

A parte apresentou documento comprobatório do deferimento da gratuidade de justiça na origem (fl. 232).

Segundo entendimento do STJ, "a concessão da assistência judiciária gratuita, por compor a integralidade da tutela jurídica pleiteada, comporta eficácia para todos os atos processuais, em todas as instâncias, alcançando, inclusive, as ações incidentais ao processo de conhecimento, os recursos, as rescisórias, assim como o subsequente processo de execução e eventuais embargos à execução, independentemente de novo pedido" (AgRg nos EAREsp n. 86.915/SP, relator Ministro Raul Araújo, Corte Especial, DJe de 4/3/2015).

Dessa forma, **distribua-se o presente feito independentemente do transcurso do prazo.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente